

EDITORIAL

É com grande alegria que apresentamos mais uma edição da AVAL. Nesta edição apresentamos artigos apresentados no V Encontro Nacional de Políticas Públicas (ENPP), além de outros trabalhos submetidos por autores e autoras desvinculados (as) do referido encontro. O ENPP foi criado em 2014 por docentes do curso de Políticas Públicas de Angra dos Reis em 2014 e rapidamente se consolidou na agenda nacional de eventos do campo de públicas. Em 2024, o V ENPP foi realizado pela primeira vez no Nordeste do Brasil, na modalidade presencial, na cidade de Fortaleza (Ceará). O evento foi sediado pela Universidade Federal do Ceará (UFC), entre os dias 26 e 28 de novembro de 2024. Com o tema “Políticas Públicas, planejamento e regionalidades: novos e velhos desafios na atualidade”, o encontro reuniu especialistas, estudantes e profissionais da área para discutir questões relevantes e atuais. O evento contou, inclusive, com uma sessão temática específica para a apresentação de trabalhos sobre avaliação de políticas de políticas. Um dos coordenadores dessa sessão foi o professor Júlio Alfredo Racchumi Romero, que também participou desta edição da AVAL como editor convidado.

Os três primeiros artigos contemplam reflexões acerca de perspectivas teórico-metodológicas empregadas para a avaliação de políticas públicas. O primeiro manuscrito, intitulado *Avaliação do programa Fortaleza Cidade Sustentável (FCF) à luz da ecologia política*, de autoria de Filipe Cavalcante Porto e Carlos Américo Leite Moreira, reflete acerca das possibilidades analíticas da ecologia política enquanto orientação crítica da pesquisa em políticas ambientais, através da avaliação do programa Fortaleza Cidade Sustentável (FCS). O segundo texto, de João Miguel Belo Carvalhêdo, Hugo Mendes Leonardo e Marina Scotelaro de Castro, intitulado *O futuro da avaliação de políticas públicas no Maranhão: Uma análise do Plano Maranhão 2050*, objetiva estudar o Plano Maranhão 2050, e como este pode servir de ponto de partida para a institucionalização da avaliação de políticas públicas com base no método dialético-discursivo. O último desse bloco, de María Eugenia Brissón, intitula-se *Uso e influencia de la evaluación de políticas públicas en países*

seleccionados de América Latina. O artigo aborda teorias, definições, tipologias, modelos, dimensões, fatores afetantes, o papel dos avaliadores e das partes interessadas, mecanismos de facilitação, entre outros. A autora apresenta exemplos de alguns países da América Latina que adotaram tais debates, implementaram vários mecanismos para promover seu uso e influência, como plataformas, treinamentos, acompanhamento de recomendações.

Em seguida, apresentam-se cinco artigos que, em suas análises, privilegiam o protagonismo da sociedade civil no desenvolvimento das políticas públicas. O primeiro denominado *Gênero e agricultura familiar: a (in)visibilidade feminina na liderança dos empreendimentos* dos autores Lélia Nogueira da Silva, José Gomes Ferreira e Winifred Knox, discute o tema da agricultura familiar a partir da revisão da literatura e análise dos resultados do Censo Agrícola no recorte da região do Brejo paraibano, microrregião da qual fazem parte oito municípios buscando discutir o papel da mulher na dinamização dos espaços produtivos e de participação social. O segundo texto é de Ebe Pimentel Gomes Luz Nijdam e Liduina Farias Almeida da Costa, intitulado *Política pública de agroecologia: a janela de oportunidade e os pequenos agricultores*, que analisa as ações governamentais de nível federal direcionadas ao setor agrário, de maio de 2016 a dezembro de 2022, buscando compreender se essas afetaram a política pública de agroecologia. Concluem que, contrariando essa política adotada pelo governo federal no período, a agroecologia permanece ativa, devido às agências dos pequenos agricultores e ao engajamento de atores coletivos. O terceiro manuscrito *Programa de Alimentos Saudáveis do Nordeste: análise à luz do conceito de novos arranjos institucionais* de Alexciane Assis de Lima e Hemerson Pase, examina o Programa de Alimentos Saudáveis do Nordeste (PAS/NE). Os resultados preliminares do estudo sugeriram a presença das dimensões analisadas, tendo em vista que o programa busca integrar políticas públicas, articulando diferentes atores políticos e sociais. O quarto artigo do bloco, tem como título *Panorama da reciclagem e coleta seletiva no Brasil a partir dos resultados estaduais e respectivas capitais*, de autoria de Maria Wagna de Araújo Dantas, Wagner Luiz Alves da Silva, João

Paulo de Lima Costa e José Gomes Ferreira, o artigo analisa, por um lado, o debate sobre a temática da coleta seletiva e reciclagem como um problema socioambiental que, como tal, necessita do engajamento da sociedade na implementação da política pública, na medida em que o tema diz respeito a todos e atravessa o seu cotidiano. Por outro lado, analisa igualmente a temática no Brasil a partir da Política Nacional de Resíduos Sólidos, abordando a reciclagem, a coleta seletiva e o papel dos catadores e catadoras de materiais recicláveis. O último artigo do bloco se intitula *Políticas públicas de fomento à leitura: competências e ações das diferentes esferas governamentais* e foi produzido pelas autoras Joseane Maria de Souza e Souza, Lília Penha Viana Silva Sousa, Letícia Maria Monteiro do Nascimento, Márcia Regina Carvalho. O presente artigo analisa a Política cultural na área do livro e da leitura em nível federal e busca identificar de que forma a política de leitura se insere na agenda governamental do Estado do Maranhão e sua convergência com os programas federais, dando ênfase ao Plano Nacional do Livro e Leitura e sua articulação com os sujeitos envolvidos.

Encerrando a edição, apresentamos o texto de Marcia Regina Carvalho Sousa, Sandro Ribeiro Araújo da Silva, Joseane Maria de Souza e Souza e José de Ribamar Sá Silva, com o título *A prestação dos serviços de saneamento básico: as fronteiras entre o público e o privado*. O trabalho apresentou uma breve análise a respeito das fronteiras estabelecidas para o saneamento básico sob o viés da prestação dos serviços em caráter público e privado, com vistas à universalização e ao acesso efetivo.

Desejamos a todos/as uma boa leitura!

Editores

Alcides Gussi

Milena Braz

Editor convidado

Júlio Racchumi Romero